

IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica IV Seminário ProfEPT IFRS

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus
impactos na Educação Profissional e Tecnológica
28 a 30 de Agosto de 2023

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO EIXO ARTICULADOR DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DE TRABALHADORES

Guilherme Brandt de Oliveira¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus Alvorada*¹

Eixo Temático: Trabalho, Educação e Currículo Integrado

Palavras-chave: Economia solidária. Trabalho associado e autogestionário. Formação humana integral. Educação profissional.

INTRODUÇÃO

A perspectiva de uma formação humana integral, que articule trabalho, ciência e cultura, ainda se constituiu em verdadeiro desafio para as instituições de educação profissional que têm um horizonte emancipatório. Neste texto, ao verificarmos a possibilidade da economia solidária como um eixo possível, pretendemos demonstrar a compatibilidade de suas características com tal projeto educativo e com os interesses da classe trabalhadora. Tal estudo se justifica pelo fato de que, frente à crise do trabalho assalariado que vem se configurando desde o final do século XX, iniciativas de interesse do capital vêm sendo enxertadas na educação. Afirmamos aqui ser necessária uma alternativa orgânica à classe trabalhadora, que se movimenta no sentido de denunciar a exploração do sistema capitalista – seja nas ainda presentes formas clássicas de extração de mais-valia, seja nas formas mais contemporâneas que vêm se apresentando – e, ao mesmo tempo, de anunciar uma sociabilidade e uma forma de se organizar o trabalho justas.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao longo deste trabalho, referenciado no materialismo histórico-dialético (MARX, 2020a; 2020b), discutiremos a crise do trabalho assalariado (FRIGOTTO, 2001) e, com base em Tiriba e Fischer (2023), como existem outras formas de trabalho que se apresentam já na realidade atual. Uma delas, defendida por Pinho (2021), é o trabalho associado e autogestionário, o qual pode se manifestar na assim chamada economia solidária (CRUZ, 2006). Ao analisar o apresentado nos estudos de Fischer e Cordeiro (2021) e de Gama e Duarte (2017), bem como no documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio (BRASIL, 2007), veremos grande similaridade entre a *práxis* da economia solidária, os fundamentos da pedagogia histórico-crítica e a objetivação de uma formação humana integral.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Embora trate-se de estudo de caráter teórico, amparado neste momento em uma revisão bibliográfica, embasamo-nos permanentemente no método materialista histórico-dialético (MARX, 2020a), bem como na perspectiva proclamada na décima-primeira tese sobre Feuerbach (MARX, 2020b), segundo a qual é fundamental compreender o mundo e, também, transformá-lo. É, assim, um par dialético: é necessário adotar um método científico para conhecer a realidade em sua essência para poder agir sobre ela de forma a mudá-la radicalmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em sua análise, Frigotto (2001) vai nos apontar que houve um período, ao longo do século XX, no qual a inserção na realidade do assalariamento era garantia de um certo grau de direitos aos trabalhadores (mesmo que marginalmente em países da periferia do capitalismo, como o Brasil). No final de tal século, após mais uma crise do capital, a burguesia começa a agir para desmontar tal realidade, a fim de manter sua taxa de lucros, retirando direitos da classe trabalhadora e gerando uma situação na qual passamos a ver a desestabilização dos trabalhadores estáveis; a instalação da precariedade do emprego; e o aumento crescente dos sobrantes (FRIGOTTO, 2001, p. 78). Tal crise do trabalho assalariado, a qual virá a se aprofundar neste início de século XXI, “assume uma dupla dimensão – de perigo, risco, violência, mas também de possibilidade alternativa” (FRIGOTTO, 2001, p. 72). De acordo com Tiriba e Fischer (2023, p. 7):

Assim, podemos afirmar que, na contemporaneidade, embora o capitalismo tenha hegemonia sobre outros modos de produção da existência, o trabalho não se resume à sua versão assalariada, nem a outras formas de trabalho-mercadoria, o que nos reafirma a necessidade de conhecer os trabalhadores e as trabalhadoras e a diversidade de práticas de trabalho, inclusive aquelas que, mesmo em suas contraditoriedades, não se configuram como trabalho-mercadoria.

Uma destas outras formas emerge com especial força na América Latina a partir de movimentos orgânicos à classe trabalhadora: é a que vai se apresentar na economia solidária. Esta pode ser entendida como:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p. 69).

Embora compreendendo que a realidade é eivada por contradições e que nem todos os empreendimentos autointitulados como de economia solidária tenham uma perspectiva revolucionária, compreendemos ser ela é um espaço possível na realidade atual para o exercício da autogestão do trabalho. De acordo com Pinho (2021):

As empresas de autogestão, consolidam-se como uma “escola de gestão” da classe que vive do trabalho. Nelas, a autogestão e a democracia operária são as bases para a construção de novas tecnologias e de novas práticas administrativas, enfrentando o sociometabolismo do capital e seu processo crescente de alienação do trabalho.

Essas empresas demonstram que os trabalhadores são os sujeitos históricos

de uma nova sociedade, onde o processo coletivo, associativo, cooperativo e autogestionário são suas bases constitutivas. As empresas de autogestão fazem com que as pautas sobre revolução e construção de uma sociedade igualitária saiam dos discursos para uma práxis concreta de gestão operária.

A partir destes marcos, discutiremos a possibilidade de a economia solidária ser um eixo articulador de um projeto de formação humana integral de trabalhadores em instituições de educação profissional. De acordo com o documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio:

A idéia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social (BRASIL, 2007, p. 41).

Perspectiva similar à apontada acima pode ser identificada no estudo de Fischer e Cordeiro (2021, p. 472), no qual as autoras, ao analisar o caso de um empreendimento de economia solidária, afirmam:

O dia a dia da atividade cooperada e autogestionária exige do trabalhador uma qualificação profissional complexa. Está colocada para ele a necessidade de compreender a atividade produtiva, o sistema onde ela se insere, as relações sociais e produtivas estabelecidas e vigentes e de atuar coletivamente. Na cooperativa, se há espaço para o aprimoramento da técnica de trabalho, há também para aprendizagens em relação à gestão da unidade de produção como um todo. Se há espaço para o aperfeiçoamento do processo de trabalho, há também para o desenvolvimento de habilidades pessoais e comportamentais. Dessa forma, a qualificação profissional na cooperativa autogestionária acontece de maneira a integrar os atos de planejar e executar, o que confere uma ampliação do sentido da qualificação se comparado ao atribuído na empresa tradicional.

É de interesse da classe trabalhadora uma educação que tenha por norte a formação humana integral, recompondo a unidade entre saberes científicos e saberes do trabalho. Com isto, objetiva-se confrontar a perspectiva hegemônica, segundo a qual uns poucos precisam aprender a dirigir o processo de trabalho, cabendo à maioria da população apenas executar aquilo que lhe é ordenado. Da mesma forma, também lhe é de interesse conhecer cientificamente o *status quo* da realidade capitalista para, assim, estar-se apto a questioná-lo e atuar para construir uma nova sociedade. Como defendem Gama e Duarte (2017, p. 522), “que o conhecimento sistematizado seja apropriado pelos trabalhadores na escola, pois ele pode se converter em força material, permitindo o desenvolvimento da compreensão acerca das relações sociais de produção”. Fundamental afirmar que tal processo de mudança e transformação social não se dá apenas após uma eventual tomada do poder pela classe trabalhadora, mas também, de forma dialética, através de ações que permitam explorar as contradições já na atualidade, visando à superação da forma capital e a construção da sociedade dos trabalhadores livremente associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficando visíveis os pontos de contato entre a perspectiva da formação humana integral e a da economia solidária, afirmamos aqui que esta última pode ser, sim, um eixo articulador daquela. Para isto ocorrer, é necessário se ampliar a interlocução entre as instituições de educação profissional e os agentes da economia solidária, uma vez que

ainda há muito a se aprender mutuamente. Sobre a crise do trabalho assalariado, cabe ressaltar que muitas vezes são apresentadas soluções as quais interessam apenas ao capital, pois não rompem com a exploração do homem pelo homem, pelo contrário, a reafirmam com novas roupagens. Por sua ligação orgânica com a classe trabalhadora, a economia solidária se movimenta no sentido de romper com este paradigma, podendo ocupar espaços e ajudar a constituir uma educação profissional efetivamente emancipatória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: documento base. Brasília, dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia. Qualificação profissional ampliada no trabalho associado. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. Esp2, p. 465–488, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001.

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 521–530, jul. 2017.

MARX, Karl. O método da Economia Política (1857-1858). In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete (orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach (1845). In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete (orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

PINHO, Leonardo. Autogestão operária contra a crise. **Jacobin Brasil**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/autogestao-operaria-contr-a-cri-se/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. A pesquisa em Trabalho-Educação como força material: desvelando campos do real. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 01-24, 13 abr. 2023.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).